



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade
Coordenadoria de Material e Patrimônio
Seção de Contratos



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA
AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

CARTA CONTRATO Nº 22/2021

CARTA-CONTRATO N. 22/2021/TRE-RO

PROCESSO ADMINISTRATIVO SEI N. [0003209-80.2021.6.22.8000](#)

CARTA-CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO, POR MEIO DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA – TRE-RO, E A EMPRESA GOVERNET EDITORA LTDA - ME, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ASSINATURA DE BIBLIOTECA DIGITAL, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO TRE-RO.

CONTRATANTE: UNIÃO, por intermédio do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**, CNPJ 04.565.735/0001-13 com sede na Av. Presidente Dutra, 1889, bairro Baixa União, CEP: 76.805-859, em Porto Velho/RO, neste ato representado por sua Diretora Geral, Senhora **LIA MARIA ARAÚJO LOPES**, brasileira, portadora da Cédula de Identidade RG 294.893/SSP-RO e CPF 475.106.849-00.

CONTRATADA: Empresa **GOVERNET EDITORA LTDA - ME**, CNPJ 07.316.919/0001-38, com sede na Rua Waldemar Kost nº 2170 - casa 11, Cond. Eldorado II, Bairro: Hauer, CEP: 81.630-180, em Curitiba/PR, Telefone(s): (41) 3338 7328 / (41) 99947-3505 / (41) 3328 5524 e (11) 3425-4334, E-mail(s): atendimento@governet.com.br, neste ato representada pelo Senhor **ADEMAR APARECIDO GIMENES**, brasileiro, Cédula de Identidade RG 705783-0-SESP/PR e CPF 021.925.439-72.

LEGISLAÇÃO APLICÁVEL: Lei 8.666/1993 (Licitações e Contratos), Manual de Gestão de Contratos da Justiça Eleitoral, Instrução Normativa TRE-RO 04/2008 e Resolução TSE n. 23.234/2010, e, supletivamente, Lei 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor) e Lei 10.406/2002 (Código Civil).



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

FUNDAMENTO: Contratação direta por Inexigibilidade de licitação, fundamentada no artigo 25, *caput*, da Lei n. 8.666/93.

Ato de Autorização e de Ratificação da Inexigibilidade de Licitação: DESPACHO n. 1540/2021-PRES/DG/GABDG (evento [0758278](#)), de 08/11/2021.

DO OBJETO

(Artigo 55, I e XI, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA PRIMEIRA – O objeto desta Carta-Contrato é a aquisição de assinatura anual, com edições mensais na modalidade eletrônica, publicados pela empresa ora CONTRATADA, correspondente à assinatura de 12 (doze) meses do Boletim Eletrônico de Licitações e Contratos e do Boletim de Recursos Humanos, bem como a disponibilização eletrônica do Boletim de Adm. Pública e Gestão Municipal, Orçamento e Finanças e Convênios e Parcerias como (cortesia).

Subcláusula Primeira – A assinatura nas modalidades eletrônica supramencionada contempla:

1. REVISTA ELETRÔNICA (Web) – SENHA - permite acesso ilimitado pelos colaboradores internos por meio de senha de uso exclusivo, para pesquisas no Banco de Dados Governet;
2. ÁREA DO CLIENTE - área exclusiva no site (www.governet.com), na qual é possível formular dúvidas, alterar cadastro e senha, visualizar o histórico de textos lidos, acessar a versão *on-line* do boletins Governet e armazenar as respostas aos questionamentos já realizados;
3. ÍNDICE CUMULATIVO MENSAL - individualizado por boletim, disponível no site; e
4. NEWSLETTER - envio semanal pelo e-mail cadastrado, contendo notícias sobre os principais acontecimentos relacionados à Administração Pública.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Subcláusula Segunda – A presente contratação também contempla, como cortesia, o que segue:

1. DÚVIDAS DOS ASSINANTES - 24 (vinte e quatro) orientações jurídicas com atendimento ilimitado às dúvidas dos usuários referentes aos temas publicados nos boletins objeto da assinatura. Questões respondidas por profissionais especializados em administração pública, por escrito, no prazo de até 30 horas úteis;
2. ATENDIMENTO EM TEMPO REAL - por telefone (41- 3328-5524) ou por chat *on-line*, para questões pontuais que demandem atenção imediata (situações complexas podem demandar prazo para a realização de pesquisa e para a elaboração da respectiva resposta); e
3. ASSINATURA digital da obra “Anotações Ao Pregão” – com acesso ilimitado. A obra traz: comentários, doutrina e jurisprudência, artigo por artigo, sobre a legislação federal do pregão, composta pela Lei nº 10.520/02 e pelos Decretos Federais nº 3.555/00 e nº 10.024/19 e suas atualizações.

Subcláusula Terceira - Vinculam-se a esta Carta-Contrato, independente de transcrição, o Projeto Básico/Termo de Referência respectivo, a proposta da CONTRATADA e o Ato de Autorização da Despesa e de Ratificação da Inexigibilidade de Licitação.

DO REGIME DE EXECUÇÃO

(Artigo 55, II, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA SEGUNDA – A execução do objeto desta contratação será realizada de forma indireta, sob o regime de empreitada por preço global.

DA VIGÊNCIA

(Artigo 57, caput e § 3º, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA TERCEIRA – Esta Carta-Contrato terá vigência de 12 (doze) meses a contar do dia 31/12/2021.

DO VALOR



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

(Artigo 55, III e V, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA QUARTA – O valor desta Carta-Contrato é de **R\$ 14.623,02 (quatorze mil seiscientos e vinte e três reais e dois centavos)**, consoante a proposta da CONTRATADA juntada no evento [0750199](#) e reproduzida no quadro adiante:

Qt.	Boletim/Assinatura	Período	Valor unit.	Valor total
01	Boletim de Licitações e Contratos	12 meses	R\$ 7.311,51	R\$ 7.311,51
02	Boletim de Recursos Humanos	12 meses	R\$ 7.311,51	R\$ 7.311,51
03	Boletim de Orçamento e Finanças	12 meses	R\$ 7.311,51	Cortesia
04	Boletim de convênios e Parceria	12 meses	R\$ 7.311,51	Cortesia
05	Boletim de Adm. Pública e Gestão Municipal	12 meses	R\$ 8.901,87	Cortesia
	Valor total da Carta-Contrato			R\$ 14.623,02

Subcláusula Primeira – No valor supramencionado estão incluídos todos os custos e despesas, diretos ou indiretos, necessários ao cumprimento integral do objeto desta contratação, inclusive mão-de obra, tributos, materiais/componentes de menor custo, despesas administrativas, lucro, etc., conforme proposta da CONTRATADA.

Subcláusula Segunda - Por se tratar de contrato de prestação de serviços por período de 12 (doze) meses, não há previsão de reajuste de preços para esta contratação, em nenhuma das modalidades.

Subcláusula Terceira - As despesas com a execução do presente Contratação correrão à conta do Orçamento 2021 da Justiça Eleitoral de



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Rondônia, Programa de Trabalho: 02122003320GP0011 e Elemento de Despesa: 33.90.39.01, conforme Nota de Empenho n. 2021NE000381 (evento [0759551](#)), de 09/11/2021, conforme resumo a seguir:

FONTE ORÇAMENTÁRIA			
CATEGORIA ORÇAMENTO)	(TIPO	DE	Ordinário
AGREGADOR			Operação de Serviços Administrativos
DESPESA AGREGADA			Assinatura de periódicos e Anuidades
PLANO INTERNO			AOSA ASSINA

DO PAGAMENTO

(Artigo 55, III, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA QUINTA – O CONTRATANTE efetuará o pagamento à CONTRATADA em parcela única, no valor contratado, mediante ordem bancária - ou por meio de ordem bancária para pagamento de faturas com código de barras – através do Banco do Brasil S/A, em moeda corrente, em até 5 (cinco) dias úteis, contados da data de apresentação da Fatura/Nota Fiscal, regularmente certificada pela Seção de Editoração, Publicação e Memória Eleitoral do TRE-RO, aplicadas as retenções legais, observando que:

1. No ato do pagamento, a CONTRATADA deverá estar em situação de regularidade perante à Fazenda Pública Federal e à seguridade social (INSS), ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), à Justiça do Trabalho, além da necessidade de certidão NEGATIVA junto ao Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade do Conselho Nacional de Justiça – CNJ;
2. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito a reajustamento ou realinhamento de preços;
3. O CONTRATANTE não se obrigará a efetuar o pagamento de Faturas/Notas Fiscais em desacordo com o contratado e/ou não atestadas pelo Fiscal da Carta-Contrato;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

4. Havendo erro na Fatura/Nota Fiscal ou nos demais documentos apresentados, ou havendo, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, os documentos serão devolvidos à CONTRATADA e o pagamento ficará pendente até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras notificadas pelo CONTRATANTE, no prazo estabelecido. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o CONTRATANTE;

5. Verificada a irregular situação fiscal da CONTRATADA, incluindo a seguridade social, o CONTRATANTE notificará a CONTRATADA para regularizar sua situação, dando-lhe o prazo que entender necessário para a regularização, alertando sobre as penalidades que poderão ser aplicadas caso persista, de forma injustificada, a irregularidade apresentada;

6. Caso a CONTRATADA não apresente regularidade fiscal no momento do pagamento ou incorra em outra hipótese que leve a instauração de procedimento de administrativo para apuração de responsabilidade, passível de aplicação de multa e outras penalidades por descumprimento de obrigação imposta, conforme sanções previstas neste instrumento, o pagamento será realizado com a retenção prévia da possível multa a ser aplicada, a qual ficará retida até a conclusão do procedimento de apuração de responsabilidade. No caso de não condenação, o valor retido será pago à mesma. (Acórdão nº 964/2012-Plenário, TC 017.371/2011-2, rel. Min. Walton Alencar Rodrigues, 25.4.2012);

7. Será considerado como data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento;

8. O CONTRATANTE não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela CONTRATADA que porventura não tenha sido acordada contratualmente;

9. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento da obrigação, será calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = (6/100) \quad I = 0,00016438$$



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

365

365

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

10. A compensação financeira prevista neste item será incluída em fatura/nota fiscal emitida posteriormente à ocorrência.

DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

(Artigo 67, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA SEXTA – No TRE-RO, a Gestão desta contratação ficará a cargo do titular da Coordenadoria de Jurisprudência e Documentação (CJD) e a fiscalização desta contratação ficará a cargo do titular da Seção de Editoração, Publicação e Memória Eleitoral (SEPM), ou aos seus respectivos substitutos, em caso de ausência dos titulares mencionados, aos quais competem, nessas condições, as atribuições previstas na Instrução Normativa TRE-RO n. 04/2008.

Subcláusula única - A atuação ou a eventual omissão da fiscalização durante a execução do contrato não poderá ser invocada para eximir a CONTRATADA da responsabilidade pelo seu cumprimento.

DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

(Artigo 55, VII, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA SÉTIMA – São obrigações da CONTRATANTE:

1. Cumprir e fazer cumprir todos os prazos e condições estabelecidos neste Instrumento;
2. Efetuar o pagamento da Nota Fiscal, devidamente certificada pela Seção de Editoração, Publicação e Memória Eleitoral do TRE-RO, na forma CONTRATADA;
3. Fornecer, a qualquer tempo e com a máxima presteza, mediante solicitação escrita da CONTRATADA, informações adicionais, dirimir dúvidas e orientá-la em todos os casos julgados necessários.
4. Notificar a CONTRATADA de qualquer irregularidade observada na execução desta contratação, fixando-lhe prazo para corrigi-la, sendo a



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

reincidência passível de aplicação das sanções previstas na seção “Das Sanções Administrativas” deste instrumento.

5. Recusar os periódicos enviados em desconformidade com as especificações e condições estabelecidas neste instrumento e/ou na proposta da CONTRATADA ou, ainda, se apresentarem qualquer irregularidade ou vício que o torne impróprio para uso, observando que o recebimento definitivo dar-se-á pela Seção de Editoração, Publicação e Memória Eleitoral do TRE-RO, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento do periódico, se atendidas todas as exigências.

6. Anotar nos autos as ocorrências relativas ao cumprimento contratual, mantendo atualizados os documentos próprios dos registros de não funcionamento do sistema e oficiando a CONTRATADA caso ocorra a não utilização do sistema por problemas operacionais da empresa;

7. Comunicar-se preferencialmente por escrito com a CONTRATADA, devendo esta ser notificada quando da constatação de qualquer pendência;

8. Controlar a execução financeira da contratação, dentro dos limites, condições e prazos estabelecidos; e

9. Cumprir as demais obrigações consignadas neste instrumento contratual.

DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

(Artigo 55, VII e XIII, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA OITAVA – São obrigações da CONTRATADA:

1. Cumprir fielmente o contrato, de modo que os produtos sejam fornecidos conforme proposta comercial, ressalvado ao CONTRATANTE o direito de, a qualquer tempo e sempre que julgar necessário, proceder à análise dos produtos fornecidos, ficando o ônus a cargo exclusivo da CONTRATADA.

2. Disponibilizar os boletins digitais objeto deste instrumento em até 05 (cinco) dias após a publicação encaminhando senha personalizada para acesso on-line dos conteúdos das publicações via internet durante a vigência desta contratação à Chefia da Seção de Editoração, Publicação e Memória Eleitoral do TRE-RO, situada na Av. Presidente Dutra, 1889, Baixa da União, Porto Velho/RO, CEP 76805-859, a quem compete às funções de fiscalização do contrato;

3. Responsabilizar-se por todas as obrigações e todos os encargos decorrentes das relações de trabalho com os profissionais contratados,



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

previstos na legislação pátria vigente, sejam de âmbito trabalhista, previdenciário, social, securitários, bem como com as taxas, impostos.

4. Manter, durante a execução desta contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação, devendo comunicar ao TRE-RO, imediatamente, qualquer alteração que possa comprometer a execução do contrato.

5. Informar imediatamente ao TRE-RO a ocorrência de qualquer problema técnico que venha ocasionar a indisponibilidade do produto objeto do contrato.

6. Não transferir ou subcontratar, no todo ou em parte, o objeto contratado, sendo igualmente vedado transferir ou ceder a terceiros o crédito respectivo, ficando obrigada, perante o contratante, pelo exato e fiel cumprimento das obrigações contratuais estabelecidas neste instrumento.

7. Disponibilizar ao CONTRATANTE, durante a vigência da carta-contrato, suporte técnico por telefone (41-3328-5524) ou por chat *on-line*, para questões pontuais que demandem atenção imediata (situações complexas podem demandar prazo para a realização de pesquisa e para a elaboração da respectiva resposta).

8. Assumir total responsabilidade por quaisquer ônus decorrentes de marcas, registros e patentes, relativos ao objeto do fornecimento do bem contratado.

9. Sujeitar-se à fiscalização do CONTRATANTE, prestando todos os esclarecimentos solicitados e respondendo todas as reclamações formuladas.

10. Manter-se regular perante a Fazenda Pública Federal, o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e a Justiça do Trabalho, além de manter-se apta para obtenção de certidão NEGATIVA junto ao Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade do Conselho Nacional de Justiça, durante o período contratual.

11. Responsabilizar-se pelos danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução dos serviços objeto da CARTA-CONTRATO, não podendo ser arguido para efeito de exclusão de responsabilidade o fato de o CONTRATANTE proceder à fiscalização ou acompanhamento da execução dos referidos serviços;

12. Comunicar por escrito e imediatamente ao CONTRATANTE a ocorrência de contratação de empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados a este TRE-RO;

13. Aceitar, atendendo à conveniência e necessidades do CONTRATANTE, acréscimos ou supressões do objeto da presente Carta-Contrato em até 25 % (vinte e cinco por cento) do valor, na forma do artigo 65, §§ 1º e 2º, da Lei 8.666/93;

14. Apresentar os eventuais pedidos de prorrogação do prazo de entrega/execução de serviços dentro dos prazos inicialmente definidos para o cumprimento dessas obrigações, observando os procedimentos a seguir:

I – Os pedidos deverão ser encaminhados à Coordenadoria de Material e Patrimônio do TRE-RO, unidade competente para, colhida a manifestação do Fiscal do Contrato, decidir acerca desses requerimentos;

II – Somente serão processados os pedidos protocolados dentro dos prazos para entrega e substituição do bem, conforme prazos e circunstâncias estabelecidas na Instrução Normativa nº 004/2008-TRE-RO.

15. Cumprir as demais obrigações impostas contratualmente pelo TRE-RO.

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

(Artigo 55, VII, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA NONA – Em caso de descumprimento das condições estabelecidas nesta contratação, a CONTRATADA ficará sujeita às penalidades estabelecidas na Lei 8.666/93 e neste instrumento, observado o que segue:

Subcláusula Primeira - O descumprimento injustificado das obrigações estabelecidas, garantida a ampla e prévia defesa, sujeita a CONTRATADA à multa, consoante o caput e §§ do art. 86 da Lei nº 8.666/93, incidentes sobre o valor do contrato, na forma seguinte:

I - multa de 1% (um por cento), em caso de atraso de até 10 (dez) dias;

II - multa de 2% (dois por cento), em caso de atraso superior a 10 (dez) dias, até o limite de 20 (vinte) dias;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

III - multa de 3% (três por cento), cumulada com a rescisão do contrato, em caso de atraso superior a 20 (vinte) dias;

IV - Atrasos superiores aos limites estabelecidos nos itens de I a III, caracterizarão a inexecução da obrigação.

Subcláusula Segunda - Pela inexecução total ou parcial do objeto da Carta-Contrato, o CONTRATANTE poderá, garantido o direito do contraditório e da ampla defesa, nos termos do artigo 87 da Lei 8.666/1993, aplicar as seguintes sanções à CONTRATADA:

I - advertência;

II - multa de até 10% (dez por cento) sobre o contratado;

III - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos; e

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no item anterior.

Subcláusula Terceira - Sempre que não houver prejuízo para a Administração Pública, as penalidades impostas poderão ser relevadas ou transformadas em outras de menor sanção, a critério e motivação do CONTRATANTE.

Subcláusula Quarta - Previamente à aplicação de multas moratórias, sendo primária a CONTRATADA e desde que presentes os requisitos definidos na IN TRE-RO n. 004/08, a Administração poderá aplicar somente a penalidade de Advertência.

Subcláusula Quinta - Na aplicação das penalidades aqui previstas, a Administração analisará os aspectos e requisitos traçados pela IN TRE-RO n. 004/08, podendo, diante da reiteração em descumprimentos das obrigações contratuais, aplicar de imediato, as penalidades mais severas.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Subcláusula Sexta - As sanções estabelecidas neste instrumento podem ser aplicadas à CONTRATADA de forma cumulada entre si e com as demais previstas na legislação correlata.

Subcláusula Sétima - As multas previstas nesta seção não eximem a adjudicatária ou CONTRATADA da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à Administração CONTRATANTE ou a terceiros.

Subcláusula Oitava - A recusa injustificada do cumprimento das obrigações previstas nesta seção, caracterizará a inexecução total deste instrumento.

Subcláusula Nona - Caracterizada a inexecução parcial ou total da obrigação, poderá a Administração rescindir este instrumento e aplicar a CONTRATADA as demais penalidades previstas no Art. 87 da Lei 8.666/93.

Subcláusula Décima - O valor da multa ou condenação eventualmente aplicada à CONTRATADA deverá ser recolhido através de Guia de Recolhimento à União – GRU, à Conta Única do Tesouro Nacional, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data da intimação feita pelo CONTRATANTE.

Subcláusula Décima Primeira - Caso o valor da multa ou condenação eventualmente aplicada à CONTRATADA não seja quitado no prazo acima, deverá ser automaticamente descontado da fatura a que fizer jus, atualizado pela taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – Selic para títulos federais, acumulada mensalmente, até o último dia do mês anterior ao do pagamento, e de 1% (um por cento) no mês de pagamento (Art. 29 e 30 da Lei 10.522/2002 e Acórdão TCU n. 1.603/2011-Plenário).

Subcláusula Décima Segunda - Caso o valor do pagamento a que fizer jus a CONTRATADA não seja suficiente para cobrir o montante da multa ou da condenação aplicadas, aquele valor será recolhido ao Tesouro Nacional, devendo o saldo do valor das penalidades aplicadas ser recolhido através de



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

GRU à Conta Única do Tesouro Nacional no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da notificação do responsável, sob pena de inscrição na Dívida Ativa da União (Lei 6.830/80 e art. 6º da Instrução Normativa 05/2009/TRE-RO).

Subcláusula Décima Terceira - De igual modo, caso a CONTRATADA não tenha nenhum valor a receber deste Tribunal, o valor das penalidades aplicadas deverá ser recolhido pela CONTRATADA através de GRU à Conta Única do Tesouro Nacional, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da notificação do responsável, sob pena de inscrição na DAU (Lei 6.830/80 e art. 6º da Instrução Normativa 05/2009/TRE-RO).

Subcláusula Décima Quarta - No mesmo ato o responsável será notificado de que a ausência do recolhimento no prazo máximo de 75 (setenta e cinco) dias poderá ensejar sua inscrição no Cadastro Informativo de Créditos Não Quitados do Setor Público Federal - CADIN (Art. 2º, § 2º da Lei 10.522/02).

Subcláusula Décima Quinta - Caso a CONTRATADA não recolha o valor informado na GRU no prazo estabelecido neste instrumento, o valor da multa será corrigido pela taxa SELIC e será providenciada a inscrição do débito na DAU (Decisão TCU n. 1.122/00 – Plenário, publicada no DOU de 01/06/01) ou no CADIN.

Subcláusula Décima Sexta - Os responsáveis pelas multas e demais obrigações não quitadas e desde que não inscritas na DAU ou no CADIN, poderão ainda ser inscritos no Cadastro Interno de Inadimplentes do TRE-RO – CAI2.

Subcláusula Décima Sétima - A CONTRATADA se submete às sanções deste instrumento, não a eximindo das responsabilidades que lhe são cometidas pela legislação em vigor, sem prejuízo da aplicação das demais penalidades previstas na Lei n. 8.666/93, apuradas mediante o devido processo legal.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Subcláusula Décima Oitava – O procedimento para aplicação de sanções à CONTRATADA observará o devido processo legal administrativo e as regras contidas na Instrução Normativa TRE/RO nº 04/2008, disponível no seguinte link da internet: <http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tre-ro-in-no-004-2008>.

Subcláusula Décima Nova - Da aplicação de penalidades sempre caberão recursos ou pedido de reconsideração, com procedimento disciplinado pela referida Instrução Normativa TRE/RO n. 04/2008/TRE-RO.

DA RESCISÃO CONTRATUAL
(Artigo 55, VIII e IX, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA DÉCIMA - A presente Carta-Contrato poderá ser rescindida de pleno direito, por inexecução de quaisquer das obrigações estipuladas, sujeitando a CONTRATADA, a exclusivo juízo do CONTRATANTE, à indenização dos prejuízos que resultarem da paralisação dos serviços e demais consequências previstas na seção “Das Sanções Administrativas” deste instrumento.

Subcláusula Primeira - A rescisão contratual poderá ser:

1. Por ato unilateral e escrito do CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;
2. Amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo nos autos, desde que haja conveniência para o CONTRATANTE; e
3. Judicial, nos termos da legislação vigente sobre a matéria.

Subcláusula Segunda – Nos termos do Art. 2º, V c/c o Art. 3º da Resolução do Conselho Nacional de Justiça nº 7, de 18 de outubro de 2005, constitui também causa de rescisão contratual a contratação pela CONTRATADA, na vigência da contratação, de empregados, bem como a admissão em seu quadro societário de pessoas, que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados a este Tribunal.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Subcláusula Terceira – A rescisão contratual de que trata o inciso I do art. 79 acarretará as consequências previstas no art. 80, inciso IV, da Lei n. 8.666/93, sem prejuízo das demais cominações previstas no mesmo diploma legal.

Subcláusula Quarta - Os casos da rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos, assegurado o contraditório e a ampla defesa, e precedidos de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

(Artigo 65 e §§ da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - Esta Carta-Contrato poderá ser alterada unilateralmente pela administração CONTRATANTE ou por acordo entre as partes nos casos previstos pelo art. 65 da Lei 8.666/93.

Subcláusula Primeira – Os preços permanecerão, em regra, invariáveis durante a vigência contratual. Excepcionalmente, porém, o valor deste instrumento poderá ser revisto, consoante dispõe o inciso II, “d”, do Art. 65 da Lei 8.666/93, cabendo à CONTRATADA o ônus da comprovação, de maneira robusta e suficiente, não sendo aplicável a requisições já efetuadas e serviços já realizados.

Subcláusula Segunda – A CONTRATADA se obriga a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da Carta-Contrato, nos termos do § 1º, do art. 65, da lei 8.666/93.

Subcláusula Terceira – A CONTRATADA se obriga, ainda, a aceitar, no que for aplicável, as demais regras estabelecidas pela Lei 8.666/93 para as alterações dos contratos administrativos.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Subcláusula Quarta – Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite acima estabelecido, salvo no caso de supressão resultante de acordo entre as partes, conforme prevê o § 2º do art. 65 da Lei 8.666/93.

Subcláusula Quinta – Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão na revisão desta contratação, para mais ou para menos, conforme o caso, nos termos do § 5º do Art. 65 da Lei 8.666/93.

Subcláusula Sexta - Não há previsão de reajuste de preços para esta contratação em nenhuma das modalidades.

Subcláusula Sétima – Havendo alteração unilateral da Carta-Contrato que aumente os encargos da CONTRATADA, a Administração deverá restabelecer, por aditamento, o equilíbrio econômico-financeiro inicial, nos termos do § 6º do art. 65 da Lei 8.666/93.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

(Artigo 55, XII, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - À execução do presente instrumento e aos casos omissos, além das disposições previstas neste instrumento e no Projeto Básico e seus Anexos, aplicar-se-ão o disposto na Lei 8.666/1993 (Licitações e Contratos), no Manual de Gestão de Contratos da Justiça Eleitoral, na Instrução Normativa TRE-RO 04/2008 e na Resolução TSE n. 23.234/2010, e, supletivamente, na Lei 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor) e na Lei 10.406/2002 (Código Civil).

Subcláusula única - Não se aplicam ao objeto do presente instrumento os incisos VI e X do artigo 55 da Lei 8.666/93.

DA PUBLICAÇÃO

(Artigo 61, Parágrafo único, da Lei 8.666/93)



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - O CONTRATANTE providenciará a publicação resumida do presente instrumento e, se for o caso, de seus aditamentos, no Diário Eletrônico da Justiça Eleitoral de Rondônia, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data, na forma do Parágrafo único do Art. 61, da Lei n. 8.666/1993.

DO FORO

(Artigo 55, § 2º, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - Em cumprimento ao art. 55, § 2º da Lei nº 8.666/93, o Foro legal para solucionar questões resultantes da aplicação desta Carta-Contrato ou a ele relativas, não resolvidas na esfera administrativa, é o da Seção Judiciária do Estado de Rondônia, com sede em Porto Velho/RO.

E por estarem assim acordados, lavrou-se o presente instrumento, que após lido e achado conforme foi assinado pelas partes por meio do Sistema Eletrônico de Informação – SEI do TRE-RO, e pelas testemunhas abaixo.

Porto Velho/RO, 9 de novembro de 2021.

LIA MARIA ARAÚJO LOPES Pelo CONTRATANTE	ADEMAR APARECIDO GIMENES Pela CONTRATADA
Fábia Maria dos Santos Silva CPF: 567.849.102-49 Testemunha	Aldací Souza Mota CPF: 326.504.772-53 Testemunha



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral**, em 09/11/2021, às 21:00, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade
Coordenadoria de Material e Patrimônio
Seção de Contratos



Documento assinado eletronicamente por **ADEMAR APARECIDO GIMENES, Usuário Externo**, em 10/11/2021, às 07:38, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **ALDACÍ SOUZA MOTA, Técnico Judiciário**, em 10/11/2021, às 08:05, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **FÁBIA MARIA DOS SANTOS SILVA, Chefe de Seção**, em 10/11/2021, às 11:06, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0759692** e o código CRC **27B16BDE**.

0003209-80.2021.6.22.8000



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA
AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

SOLICITAÇÃO DE CONTRATAÇÃO

Sr(a). Secretário(a) da SAOFC,

Solicito desconsiderar o ETP incluso no evento [0745230](#).

Solicito, ainda, a Vossa Senhoria **autorização** para elaboração do estudo técnico preliminar e do termo de referência/projeto básico para a pretensa contratação/aquisição, conforme segue:

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Unidade solicitante:	Seção de Editoração, Publicação e Memória Eleitoral																																						
Unidade demandante:	Coordenadoria de Jurisprudência e Documentação																																						
Servidores responsáveis pela elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares e do PB/TR:	Everaldo Cardoso Lopes Marta de Lucia Silva Souza																																						
Objeto:	<p>Aquisição de assinatura anual, com edições mensais na modalidade eletrônica, publicados pela empresa Governet Editora Ltda. com, correspondente à assinatura de 12 (doze) meses do Boletim Eletrônico de Licitações e Contratos e do Boletim de Recursos Humanos, bem como a disponibilização eletrônica do Boletim de Orçamento e Finanças, do Boletm de Convênios e Parcerias e do Boletim da Adm. Pública e Gestão Municipal, como (cortesia), conforme abaixo especificados:</p> <table><tr><th>Qt.</th><th>Boletim/Assinatura</th><th>Período</th><th>Valor unit.</th><th>Valor total</th></tr><tr><td>01</td><td>Boletim de Licitações e Contratos</td><td>12 meses</td><td>R\$ 7.311,51</td><td>R\$ 7.311,51</td></tr><tr><td>02</td><td>Boletim de Recursos Humanos</td><td>12 meses</td><td>R\$ 7.311,51</td><td>R\$ 7.311,51</td></tr><tr><td>03</td><td>Boletim de convênios e Parceria</td><td>12 meses</td><td>R\$ 7.311,51</td><td>Cortesia</td></tr><tr><td>04</td><td>Boletim de Orçamento e Finanças</td><td>12 meses</td><td>R\$ 7.311,51</td><td>Cortesia</td></tr><tr><td>05</td><td>Boletim de Adm. Pública e Gestão Municipal</td><td>12 meses</td><td>R\$ 8.901,87</td><td>Cortesia</td></tr><tr><td colspan="4">Valor total da Carta-Contrato</td><td>R\$ 14.623,02</td></tr></table>				Qt.	Boletim/Assinatura	Período	Valor unit.	Valor total	01	Boletim de Licitações e Contratos	12 meses	R\$ 7.311,51	R\$ 7.311,51	02	Boletim de Recursos Humanos	12 meses	R\$ 7.311,51	R\$ 7.311,51	03	Boletim de convênios e Parceria	12 meses	R\$ 7.311,51	Cortesia	04	Boletim de Orçamento e Finanças	12 meses	R\$ 7.311,51	Cortesia	05	Boletim de Adm. Pública e Gestão Municipal	12 meses	R\$ 8.901,87	Cortesia	Valor total da Carta-Contrato				R\$ 14.623,02
Qt.	Boletim/Assinatura	Período	Valor unit.	Valor total																																			
01	Boletim de Licitações e Contratos	12 meses	R\$ 7.311,51	R\$ 7.311,51																																			
02	Boletim de Recursos Humanos	12 meses	R\$ 7.311,51	R\$ 7.311,51																																			
03	Boletim de convênios e Parceria	12 meses	R\$ 7.311,51	Cortesia																																			
04	Boletim de Orçamento e Finanças	12 meses	R\$ 7.311,51	Cortesia																																			
05	Boletim de Adm. Pública e Gestão Municipal	12 meses	R\$ 8.901,87	Cortesia																																			
Valor total da Carta-Contrato				R\$ 14.623,02																																			
Quantidade:	Uma assinatura anual																																						
Plano Anual de Contatação	(x) Sim.																																						



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

(PAC):	() Não. Justificativa da necessidade:
Data em que deve ser iniciada a prestação de serviços ou a entrega do objeto:	31/12/2021

Registra-se que este documento não substitui o **ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR PARA DISPENSAS E INEXIGIBILIDADES DE LICITAÇÃO** que será realizado após despacho autorizando a presente Solicitação de Contratação.

Assim, encaminho os autos para análise e deliberação dessa autoridade administrativa.

0003209-80.2021.6.22.8000

0745908v4



Documento assinado eletronicamente por **EVERALDO CARDOSO LOPES, Chefe de Seção**, em 01/10/2021, às 17:31, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0745908** e o código CRC **2E266A7B**.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

ETP - PARA DISPENSAS E INEXIGIBILIDADES

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR PARA DISPENSAS E
INEXIGIBILIDADES DE LICITAÇÃO**

Sr(a). Secretário(a) da SAOFC,

Para cumprimento do [inciso IX do artigo 6º da Lei 8.666/93](#), encaminha-se o presente Estudo Técnico Preliminar (ETP) para apreciação e eventual aprovação de Vossa Senhoria, com os elementos iniciais que integrarão o Projeto Básico para a pretensa contratação.

Contratação direta: <i>(Indicar o dispositivo legal de enquadramento da contratação. Acaso enquadrada no art. 24, inciso I, II, IV e V, com valores definidos nesses dispositivos, apresentar a complexidade que justifica a adoção de ETP)</i>	<input type="checkbox"/> Dispensa de licitação. Art. 24, inciso ____ da Lei n. 8.666/93. <input checked="" type="checkbox"/> Inexigibilidade de licitação – Art. 25 da Lei n. 8.666/93.
Unidade solicitante:	Seção de Editoração, Publicação e Memória Eleitoral
Unidade demandante:	Coordenadoria de Jurisprudência e Documentação - CJD
Servidor ou equipe responsável pela elaboração do projeto básico da contratação:	Everaldo Cardoso Lopes Marta de Lucia Silva Souza
Contratação com previsão no Plano Anual de Contratações - PAC?	<input checked="" type="checkbox"/> Sim. <input type="checkbox"/> Não. Justificar, de forma sucinta, a razão da não inclusão prévia no PAC.
Houve contratação semelhante em exercícios anteriores?	<input type="checkbox"/> Não. (Se assinalado, não responder os demais). <input checked="" type="checkbox"/> Sim. <input type="checkbox"/> Houve incidentes durante o procedimento de seleção da proposta ou na execução do contrato, ou em ambos? <input type="checkbox"/> As lições aprendidas estão sendo consideradas neste estudo?



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Justificativa:	<p>Os Boletins Governet são periódicos mensais digitais, divididos nas áreas de Licitações e Contratos; Orçamento e Finanças; Recursos Humanos, Administração Pública e Gestão Municipal dentre outras. Esses periódicos apresentam fonte contínua e atualizada de artigos técnicos manifestações dos Tribunais de Contas, legislação especializada, entre outros assuntos.</p> <p>A Editora Governet aborda todos os temas referentes à gestão pública: Licitações, Contratos administrativos, parcerias com o setor privado, servidores públicos, orçamento público, finanças públicas. Além dessas áreas do Direito Administrativo, a Governet também oferece suporte a questões que envolvam outros ramos do Direito, como Direito Ambiental, Direito Civil, Direito Constitucional, Direito Eleitoral, Direito do Trabalho, Direito Tributário, entre outros, desde que haja relação direta com a gestão pública.</p>
Objeto:	<p>Aquisição de assinaturas anuais, com edições mensais na modalidade eletrônica, referente aos boletins abaixo especificado(s):</p> <p>1) Boletim de Licitações e Contratos (R\$ 7.311,51);</p> <p>2) Boletim de Recursos Humanos (R\$ 7.311,51);</p>



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

	3) Boletim de Orçamento e Finanças (Cortesia); 4) Boletim de Convênios e Parcerias (Cortesia); 5) Boletim de Administração Pública e Gestão Municipal (Cortesia).
Quantidade: (<i>Estimativa das quantidades (unidades)</i>).	Previsão inicial de valores: () Não. (x) Sim. Informar: Total de R\$ 14.623,02 para aquisição de assinatura anual de dois boletins mensais, recebendo mais três boletins mensais à título de cortesia.
Data prevista para o início das entregas ou para a prestação dos serviços:	31/12/2021

0003209-80.2021.6.22.8000

0750065v6



Documento assinado eletronicamente por **EVERALDO CARDOSO LOPES, Chefe de Seção**, em 13/10/2021, às 14:56, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0750065** e o código CRC **491A62C0**.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

PROJETO BÁSICO Nº 9/2021 - PRES/DG/SJGI/CJD/SEPM



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

1. INTRODUÇÃO

Em atendimento ao disposto nos artigos 6º, inciso IX e 7º, § 2º e 9º da Lei n. 8.666/93, elabora-se o presente Projeto Básico, cujo objeto é a contratação de serviços, com inexigibilidade de licitação com a finalidade de auxiliar o procedimento administrativo pertinente à contratação especializada na Prestação de Serviço de Assinatura Anual da Plataforma digital mensal, sendo publicados e oferecidos, conforme proposta inclusa no evento [0750199](#), pela pessoa jurídica de direito privado com a seguinte razão social: GOVERNET Editora Ltda, CNPJ 07.316.919/0001-38.

2. DO OBJETO

2.1. Aquisição de assinatura anual da plataforma digital mensal, publicados pela GOVERNET Editora Ltda, CNPJ 07.316.919/0001-38, referente aos boletins abaixo especificado (s):

Qt.	Boletim/Assinatura	Período	Valor unit.	Valor total
01	Boletim de Licitações e Contratos	12 meses	R\$ 7.311,51	R\$ 7.311,51
02	Boletim de Recursos Humanos	12 meses	R\$ 7.311,51	R\$ 7.311,51
03	Boletim de Orçamento e Finanças	12 meses	R\$ 7.311,51	Cortesia
04	Boletim de convênios e Parceria	12 meses	R\$ 7.311,51	Cortesia
05	Boletim de Adm. Pública e Gestão Municipal	12 meses	R\$ 8.901,87	Cortesia
				R\$ 14.623,02

2.2. DA DESCRIÇÃO DO OBJETO

2.2.1. A Assinatura nas modalidades eletrônica contempla:

1) REVISTA ELETRÔNICA (Web) – SENHA – permite acesso ilimitado pelos colaboradores internos por meio de senha de uso exclusivo, para pesquisas no Banco de Dados Governet;

2) ÁREA DO CLIENTE – área exclusiva no site (www.governet.com), na qual é possível formular dúvidas, alterar cadastro e senha, visualizar o histórico de textos lidos, acessar a versão on-line dos Boletins Governet e armazenar as respostas aos questionamentos já realizados;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

3) ÍNDICE CUMULATIVO MENSAL – individualizado por Boletim, disponível no site;

4) NEWSLETTER envio semanal pelo e-mail cadastrado, contendo notícias sobre os principais acontecimentos relacionados à Administração Pública.

2.2.2 Contempla como Cortesia:

1) DÚVIDAS DOS ASSINANTES – 24 (Vinte e quatro) orientações jurídicas com atendimento limitado às dúvidas dos usuários referentes aos temas publicados nos boletins objeto da assinatura. Questões respondidas por profissionais especializados em Administração Pública, por escrito, no prazo de até 30 horas úteis;

2) ATENDIMENTO EM TEMPO REAL – por telefone (41-3328-5524) ou por chat on-line, para questões pontuais que demandem atenção imediata (situações complexas podem demandar prazo para a realização de pesquisa e para a elaboração da respectiva resposta);

3) ASSINATURA digital da obra “Anotações Ao Pregão” – com acesso ilimitado. A obra traz: comentários, doutrina e jurisprudência, artigo por artigo, sobre a legislação federal do pregão, composta pela Lei nº 10.520/02 e pelos Decretos Federais nº 3.555/00 e nº 10.024 , de 20 de Setembro de 2019.

2.2.3 Contempla como consultoria:

Os assinantes da Revista Governet têm à sua disposição uma equipe de consultores para esclarecer dúvidas na área que envolva os temas dos boletins. As consultas deverão ser formuladas na Área do Cliente, no link em "Formular Questão".

O atendimento é feito sempre por escrito e a resposta disponibilizada na Área do Assinante em até 30 horas úteis após a solicitação.

As perguntas enviadas após as 12:00 de sexta-feira terão o prazo contado a partir da segunda-feira ou do próximo dia útil subsequente.

As questões de maior complexidade, ou seja, aquelas que contenham em um único atendimento várias perguntas poderão ser atendidas em um prazo superior a 48 horas.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

A resposta da consultoria é objetiva, com fundamentação legal e jurisprudencial, buscando sempre facilitar o trabalho do gestor público, que ganha tempo e agilidade em sua atuação profissional.

A consulta deverá ser formulada objetivamente, podendo a equipe de consultoria solicitar esclarecimentos complementares sempre que se fizer necessário, o que suspenderá o prazo para resposta.

Os assinantes da Revista Governet poderão formular suas dúvidas nos temas que correspondam aos boletins contratados. Caso desejem solucionar dúvidas cujo tema é abordado por outro boletim, entre em contato com nosso setor de vendas para adquirir o serviço.

3. DA JUSTIFICATIVA

Os Boletins Governet são periódicos mensais digitais, divididos nas áreas de Licitações e Contratos; Orçamento e Finanças; Recursos Humanos, Administração Pública e Gestão Municipal dentre outras. Esses periódicos apresentam fonte contínua e atualizada de artigos técnicos manifestações dos Tribunais de Contas, legislação especializada, entre outros assuntos.

A Editora Gouvernet aborda todos os temas referentes à gestão pública: Licitações, Contratos administrativos, parcerias com o setor privado, servidores públicos, orçamento público, finanças públicas. Além dessas áreas do Direito Administrativo, a Governet também oferece suporte a questões que envolvam outros ramos do Direito, como Direito Ambiental, Direito Civil, Direito Constitucional, Direito Eleitoral, Direito do Trabalho, Direito Tributário, entre outros, desde que haja relação direta com a gestão pública.

4. DA ADERÊNCIA AO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DO TRE/RO

Deve-se registrar, também, em cumprimento ao estabelecido pelo art. 3º da Resolução TSE 23.234/10 e art. 1º, inciso I, da Instrução Normativa MPOG/SLTI nº 5, de 26 de maio de 2017 que a contratação dos serviços aqui definidos vai ao encontro do OBJETIVO ESTRATÉGICO traçado no PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO deste órgão, de aperfeiçoamento da Governança de Tecnologia da Informação, visando garantir confiabilidade, integralidade e disponibilidade das informações, dos serviços e sistemas essenciais ao desenvolvimento das atividades do TRE/RO, por meio do incremento e modernização dos mecanismos tecnológicos, controles efetivos



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

dos processos de segurança e de riscos, assim como a otimização de recursos humanos, orçamentários e tecnológicos.

Estratégia adotada: Elaborar proposta orçamentária sempre com o diferencial de projetos inovadores.

Ação Compatível: Promover aquisição de bens e serviços que possuam sempre a melhor relação custo-benefício.

A presente contratação possibilitará que maior número de servidores utilize o acervo da Biblioteca Digital, racionalizando o gasto público, pois, com a ampliação do acesso a doutrina e jurisprudência atualizadas, os servidores poderão alcançar capacitação de qualidade para exercer suas atribuições.

5. DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

De acordo com o **Artigo 1º da Resolução CNJ n. 201/2015**, os órgãos do Poder Judiciário devem criar unidades ou núcleos socioambientais, com atribuição - entre outras tantas - de especificar ou alterar a especificação já existente do material ou serviço solicitado, observando os critérios e práticas de sustentabilidade, em conjunto com a unidade solicitante (art. 6º, § 4º, II).

Já o novo Decreto Federal n. 10.024/2019, que regulamenta a licitação, na modalidade pregão, na forma eletrônica, materializa o **Princípio do Desenvolvimento Sustentável**, recentemente albergado no art. 3º da Lei n. 8.666/93, observado nas etapas do processo de contratação, em suas **dimensões econômica, social, ambiental e cultural**, no mínimo, com base nos planos de gestão de logística sustentável dos órgãos e das entidades.

De acordo com o art. 6º da IN MPOG n. 001/2010-SLTI, que dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na contratação de execução de serviços pela Administração Pública Federal direta, na contratação de serviços, a Administração Pública **poderá** exigir critérios de sustentabilidade ambiental.

Em razão do objeto deste Projeto Básico e para cumprimento dessas normas, será exigido da contratada que utilize, desde que possível, exclusivamente a via digital para envio de formulários, correspondências e todos os demais documentos decorrentes da execução do contrato.

6. DO ENQUADRAMENTO DOS SERVIÇOS PARA FINS DE CONTRATAÇÃO - INEXIGIBILIDADE



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Consoante atestado da Associação Comercial do Paraná - ACP, incluso no evento [0750200](#), a GOVERNET EDITORA LTDA - ME elabora e distribui com exclusividade no território brasileiro os Boletins Técnicos e Informativos da “Revista Governet – A Revista do Administrador Público”, produzidos com Direitos Autorais de Títulos registrados no Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia – IBICT (Internacional Standard Serial Number), certificado pelos seguintes códigos ISSN:

- 1) “Governet. Boletim de Licitações e Contratos” - ISSN 1809-6646;
- 2) “Governet. Boletim de Convênios e Parcerias” - ISSN 1984-588X;
- 3) “Governet. Boletim de Orçamento e Finanças” - ISSN 1809-6670;
- 4) “Governet. Boletim de Recursos Humanos” - ISSN 1809-6689;
- 5) “Governet. Boletim de Administração Pública e Gestão Municipal” - ISSN 2237-8006.

Em razão disso, diante da exclusividade da distribuição do produto pela editora, entende-se pela contratação direta, por inexigibilidade de licitação, eis que configurada a inviabilidade fática e jurídica de competição, a teor do que dispõe o art. 25, *caput*, da Lei nº 8.666/93.

6.1 A proponente comprovou as condições mínimas para contratar com a Administração pública por meio dos seguintes documentos:

1. Certidão Negativa de Débito de Tributos Federais ([0750202](#));
2. Certidão Negativa de débito e Tributos Municipais ([0750203](#));
3. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas ([0750847](#));
4. Atestado de Exclusividade ([0750850](#));
5. Certidão Negativa de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade - CNJ - ([0750852](#));
6. Certificado de Regularidade do FGTS - ([0750855](#)).

6.2 Ante a comprovação da exclusividade na prestação dos serviços e da regularidade mínima da empresa para contratar com a Administração Pública,



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

entende-se que a assinatura dos serviços poderá ser realizada de forma direta, por inexigibilidade de licitação, nos termos do que dispõe o art. 25 da Lei n. 8.666/93.

7. DO VALOR

O valor anual da aquisição de assinatura anual da plataforma digital mensal, publicados pela GOVERNET Editora Ltda, CNPJ 07.316.919/0001-38 é de **R\$ 14.623,02** (quatorze mil, seiscentos e vinte e três reais e dois centavos), a serem pagos em parcela única, referente aos boletins abaixo especificados:

Qt.	Boletim/Assinatura	Período	Valor unit.	Valor total
01	Boletim de Licitações e Contratos	12 meses	R\$ 7.311,51	R\$ 7.311,51
02	Boletim de Recursos Humanos	12 meses	R\$ 7.311,51	R\$ 7.311,51
03	Boletim de Orçamento e Finanças	12 meses	R\$ 7.311,51	Cortesia
04	Boletim de convênios e Parceria	12 meses	R\$ 7.311,51	Cortesia
05	Boletim de Adm. Pública e Gestão Municipal	12 meses	R\$ 8.901,87	Cortesia
				R\$ 14.623,02

8. DA ADERÊNCIA ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes do presente Projeto Básico correrão com recursos do Orçamento Anual de 2021 deste Tribunal, cuja fonte de recurso, programação orçamentária e natureza de despesa são:

FONTE ORÇAMENTÁRIA	
CATEGORIA (TIPO DE ORÇAMENTO)	Ordinário
AGREGADOR	Operação dos Serviços Administrativos
DESPESA AGREGADA	Assinaturas de Periódicos e Anuidades
PLANO INTERNO	AOSA ASSINA
VALOR ESTIMADO	R\$ 14.623,51

9. DADOS DA EMPRESA



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- 1) Razão social: GOVERNET EDITORA LTDA - EPP;
- 2) CNPJ nº 07.316.919/0001-38;
- 3) REG. JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO PARANÁ nº 4.120.544.302 em 01-04-2005;
- 4) INSCRIÇÃO ESTADUAL nº 90.334.795-38;
- 5) INSCRIÇÃO MUNICIPAL nº 1.305.488.336-4;
- 6) Endereço: Sede Administrativa à Rua Waldemar Kost nº 2170 - casa 11, Cond. Eldorado II, Bairro: Hauer – CEP: 81630-180, Curitiba-Paraná;
- 7) Telefone (41) 3328 5524;
- 8) E-mail: atendimento@governet.com.br - www.governet.com.br;
- 9) Representante comercial da empresa: Ronaldo Garbini. 11 3425-4334;
- 10) Representante legal: Ademar Aparecido Gimenes, sócio, portador do RG nº 705.783-0 SSP/PR e CPF nº 021.925.439-72.
- 11) Dados bancários: Banco do Brasil (001), Agência 3041-4, Conta Corrente 113152-4.

10. DA CARTA-CONTRATO

10.1. O prazo da contratação será de 12 (doze) meses, após a assinatura da carta contrato, podendo ser prorrogado, a fim de garantir ou assegurar direitos da Administração contratante, sem prejuízo do prazo de garantia do objeto.

10.2. A adjudicatária será formalmente convocada para assinatura de carta-contrato, conforme dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93.

10.3. Para efetivar a contratação, a adjudicatária deverá assinar o instrumento de carta-contrato, por meio do SEI (Sistema Eletrônico de Informações), no prazo de até 02 (dois) dias úteis, contados da data de disponibilização no sistema para tal.

10.4. À relação contratual, além das disposições previstas neste instrumento, aplicam-se o disposto na Lei n. 8.666/93 e suas alterações subsequentes, o Manual de Gestão de Contratos da Justiça Eleitoral e a Instrução Normativa



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

TRE/RO n. 004/08 e supletivamente, a Lei n. 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor) e as regras do Código Civil brasileiro.

10.5. Como condição para a elaboração da Carta-Contrato a adjudicatária deverá apresentar regularidade junto ao SICAF e, caso não comprove, deverá exhibir, no prazo fixado para sua assinatura, certidões comprovando a regularidade de Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, Seguridade Social, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas e do Conselho Nacional de Justiça.

10.6. A Administração utilizará a remessa por e-mail de arquivo eletrônico contendo o inteiro teor da Nota de Empenho e do seu Termo de Recebimento para impressão, assinatura e devolução pela adjudicatária, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis contados da confirmação do recebimento do e-mail pela adjudicatária.

10.7. A adjudicatária poderá retirar a Nota de Empenho, mediante assinatura do Termo de Recebimento, diretamente na Seção de Contratos, na sede do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia.

10.8. Apenas em função da total impossibilidade da utilização de e-mail, far-se-á a remessa por via postal da Nota de Empenho de Despesa e do Termo de Recebimento para assinatura e devolução pela adjudicatária.

10.9. O descumprimento injustificado pela adjudicatária das obrigações estabelecidas neste capítulo implicará a decadência do direito à contratação (art. 64 da Lei n. 8.666/93) - sujeitando-se, também, à multa de 30% (trinta por cento) incidente sobre o valor adjudicado (art. 62, § 2º c/c 81 da Lei n. 8.666/93).

11. DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

11.1. OBRIGA-SE A CONTRATADA

11.1.1. Cumprir fielmente o contrato, de modo que os produtos sejam fornecidos conforme proposta comercial, ressalvado ao contratante o direito de, a qualquer tempo e sempre que julgar necessário, proceder à análise dos produtos fornecidos, ficando o ônus a cargo exclusivo da contratada.

11.1.2. Disponibilizar os boletins digitais objeto deste Projeto Básico em até 05 (cinco) dias após a publicação encaminhando senha personalizada para acesso on-line dos conteúdos das publicações via internet durante a vigência



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

do contrato à Chefia da Seção de Editoração, Publicação e Memória Eleitoral do TRE-RO, situada na Av. Presidente Dutra, 1889, Baixa da União, Porto Velho/RO, CEP 76805-859, a quem compete às funções de fiscalização do contrato;

11.1.3. Responsabilizar-se por todas as obrigações e todos os encargos decorrentes das relações de trabalho com os profissionais contratados, previstos na legislação pátria vigente, sejam de âmbito trabalhista, previdenciário, social, securitários, bem como com as taxas, impostos.

11.1.4. Manter, durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação, devendo comunicar ao TRE/RO, imediatamente, qualquer alteração que possa comprometer a execução do contrato.

11.1.5. Informar imediatamente ao TRE/RO a ocorrência de qualquer problema técnico que venha ocasionar a indisponibilidade do produto objeto do contrato.

11.1.6. Não transferir ou subcontratar, no todo ou em parte, o objeto contratado, sendo igualmente vedado transferir ou ceder a terceiros o crédito respectivo, ficando obrigada, perante o contratante, pelo exato e fiel cumprimento das obrigações contratuais estabelecidas neste instrumento.

11.1.7. Disponibilizar ao contratante, durante a vigência da carta-contrato, suporte técnico por telefone (41-3328-5524) ou por chat on-line, para questões pontuais que demandem atenção imediata (situações complexas podem demandar prazo para a realização de pesquisa e para a elaboração da respectiva resposta).

11.1.8. Assumir total responsabilidade por quaisquer ônus decorrentes de marcas, registros e patentes, relativos ao objeto do fornecimento do bem contratado.

11.1.9 Sujeitar-se à fiscalização da contratada, prestando todos os esclarecimentos solicitados e respondendo todas as reclamações formuladas.

11.1.10 Manter-se regular perante a Fazenda Pública Federal, o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e a Justiça do Trabalho, além de manter-se apta para obtenção de certidão NEGATIVA junto ao Cadastro



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Nacional de Condenações Cíveis por ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade do Conselho Nacional de Justiça, durante o período contratual.

11.2 OBRIGA-SE O CONTRATANTE

11.2.1. Proceder aos pagamentos nos termos especificados no contrato.

11.2.2. Fornecer, a qualquer tempo e com a máxima presteza, mediante solicitação escrita da contratada, informações adicionais, dirimir dúvidas e orientá-la em todos os casos julgados necessários.

11.2.3. Notificar a contratada de qualquer irregularidade observada na execução do contrato, fixando-lhe prazo para corrigi-la, sendo a reincidência passível de aplicação das sanções previstas no item dez deste termo de referência.

11.2.4. Rejeitar o fornecimento efetivado em desacordo com o previsto no contrato.

11.2.5. Promover o recebimento definitivo, por meio da Seção de Editoração, Publicação e Memória Eleitoral do TRE/RO, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da disponibilização dos periódicos, se atendidas todas as exigências;

12. DO PAGAMENTO

12.1. O contratante efetuará o pagamento em parcela única, no valor informado no item 7, mediante ordem bancária - ou por meio de ordem bancária na conta corrente informada no item 9, em moeda corrente, em até 05 (cinco) dias úteis, contados da data de apresentação da fatura/nota fiscal, regularmente certificada pela Seção de Editoração, Publicação e Memória Eleitoral do TRE/RO, aplicadas as retenções legais.

12.2. A fatura/nota fiscal só poderá ser emitida após o início da prestação de serviço contratado.

12.3. No ato do pagamento, a contratada deverá ter a situação de regularidade perante a Fazenda Pública Federal, o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e a Justiça do Trabalho, além de certidão NEGATIVA junto ao Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade do Conselho Nacional de Justiça.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

12.4. Nenhum pagamento será efetuado à contratada, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito a reajustamento ou realinhamento de preços.

12.5. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento da obrigação, será calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso;

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = i/365$ onde i = taxa percentual anual no valor de 6%

12.6. A compensação financeira prevista no item anterior será incluída em fatura/nota fiscal emitida posteriormente à ocorrência.

13. DAS PENALIDADES

13.1. O descumprimento injustificado das obrigações estabelecidas, garantida a ampla e prévia defesa, sujeita a contratada à multa moratória consoante o caput e §§ do art. 86 da Lei nº 8.666/93, incidentes sobre o valor do contrato, na forma seguinte:

I - multa de 1% (um por cento), em caso de atraso de até 10 (dez) dias;

II - multa de 2% (dois por cento), em caso de atraso superior a 10 (dez) dias, até o limite de 20 (vinte) dias;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

III - multa de 3% (três por cento), cumulada com a rescisão do contrato, em caso de atraso superior a 20 (vinte) dias.

IV - atrasos superiores aos limites estabelecidos nos itens de I a III, caracterizarão a inexecução da obrigação.

13.2. Sem prejuízo das sanções cominadas no art. 87, I, III e IV, da Lei 8.666/93, pela inexecução total ou parcial do objeto contratado, a Administração-Contratante poderá, garantida a prévia e ampla defesa, aplicar à contratada multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato.

13.3. As multas previstas nesta seção não eximem a contratada da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à Administração-Contratante.

13.4. Se a adjudicatária ou contratada não recolher o valor da multa, eventualmente imposta, dentro de 5 (cinco) dias úteis a contar da data da intimação, o mesmo será automaticamente descontado da fatura a que fizer jus, atualizado pela SELIC, com fundamento nos arts. 29 e 30 da Lei nº 10.522/2002 e Acórdão TCU 1.603/2011. Caso a mesma não tenha nenhum valor a receber deste Tribunal, seus dados serão encaminhados ao órgão competente para que seja inscrita na dívida ativa da União (Decisão TCU nº 1.122/00 – Plenário, publicada no DOU de 01/06/01).

13.5. O valor da multa ou condenação aplicada será recolhido por meio de GRU, à Conta Única do Tesouro Nacional, no prazo máximo de 30 (trinta) dias após a notificação do responsável, sob pena de inscrição na Dívida Ativa da União (Lei 6.830/80);

13.6. As multas previstas nesta seção não eximem a adjudicatária ou contratada da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à Administração contratante.

13.7. Os procedimentos a serem adotados em cada penalidade estão descritos no Capítulo VI – Das Sanções Administrativas da Instrução Normativa nº 004/2008 – TRE/RO.

14. DA FISCALIZAÇÃO E DA GESTÃO

14.1. A Seção de Editoração Publicação e Memória Eleitoral do TRE/RO será a unidade responsável pela fiscalização do contrato, incluindo a certificação da nota fiscal.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

14.2. A gestão o do contrato será realizada pelo (a) titular da Coordenadoria de Jurisprudência e Documentação do TRE/RO, ou por quem o(a) substituir, cabendo-lhe, nessa condição, as atribuições previstas na Instrução Normativa TRE-RO nº 04/2008.

14.3. A atuação, ou a eventual omissão da fiscalização durante a realização dos trabalhos, não poderão ser invocados para eximir a contratada da responsabilidade pela prestação dos serviços.

14.4. A comunicação entre a fiscalização e a contratada será realizada através de correspondência oficial e anotações, utilizando-se mensagens eletrônicas (e-mails) e Correios.

14.5. O recebimento provisório dar-se-á pela Seção de Editoração, Publicação e Memória Eleitoral deste Tribunal, quando da entrega da Nota Fiscal contendo os serviços prestados e, definitivamente, no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados a partir do recebimento provisório.

15. ANEXOS

São anexos deste Projeto Básico, pela ordem de inclusão:

- 1) Proposta Comercial ([0750199](#));
 - 2) Atestado de exclusividade ([0750200](#));
 - 3) Certidão Negativa de Débito de Tributos Federais ([0750202](#));
 - 4) Certidão Negativa de débito e Tributos Municipais ([0750203](#));
 - 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas ([0750847](#));
 - 6) Certidão negativa de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade - CNJ - ([0750852](#));
 - 7) Certidão de Regularidade do FGTS ([0750855](#)) e;
 - 8) Informação de dados da empresa Governet ([0752421](#)).
-



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade
Coordenadoria de Material e Patrimônio
Seção de Contratos



Documento assinado eletronicamente por **EVERALDO CARDOSO LOPES, Chefe de Seção**, em 20/10/2021, às 17:47, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0750154** e o código CRC **59CE3A45**.

0003209-80.2021.6.22.8000



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA
AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

PROCESSO: 0003209-80.2021.6.22.8000

INTERESSADO: SEÇÃO DE EDITORAÇÃO, PUBLICAÇÃO E
MEMÓRIA ELEITORAL

ASSUNTO: **Contratação de assinatura anual** com edições mensais dos boletins eletrônicos de Licitações e Contratos, Recursos Humanos, Orçamento e Finanças, Administração Pública e Gestão Municipal e, Convênios e Parcerias – **Empresa GOVERNET Editora Ltda.**

PARECER JURÍDICO Nº 198 / 2021 - PRES/DG/AJDG

I - RELATÓRIO

01. Trata-se de processo administrativo no qual a Seção de Editoração, Publicação e Memória Eleitoral - SEPM busca a contratação direta da empresa **GOVERNET EDITORA LTDA - ME**, CNPJ 07.316.919/0001-38, cujo objetivo consiste na aquisição dos serviços de assinatura anual com edições mensais dos boletins eletrônicos de Licitações e Contratos, Recursos Humanos, Orçamento e Finanças, Administração Pública e Gestão Municipal, Convênios e Parcerias ([0745229](http://www.tre-ro.jus.br)).



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

02. A solicitação para autorização da contratação ([0745908](#)) contendo as informações iniciais foi apresentada ao secretário da SAOFC pelo chefe da Seção de Editoração, Publicação e Memória Eleitoral (SEPM). Pelo Despacho 1766/2021 ([0746965](#)) foi autorizado pelo titular da SAOFC o pedido para elaboração do Estudo Técnico Preliminar (ETP), do Projeto Básico e da Informação Conclusiva do Valor Estimado.

03. Para a instrução do procedimento, juntou-se aos autos o ETP para Dispensas e Inexigibilidade 7 ([0750065](#)), o Projeto Básico 9 ([0750154](#)), a Informação Conclusiva do Valor Estimado ([0753150](#)), e as certidões de regularidade fiscal e trabalhista da empresa **GOVERNET EDITORA LTDA - ME**. CNPJ: 07.316.919/0001-38. (Receita federal – [0750202](#), Trabalhista – [0750847](#), FGTS - [0750855](#) (**vencida**) e CNJ – [0750852](#)).

04. O Projeto Básico 9 ([0750154](#)) contém a descrição do objeto, justificativa, inexigibilidade, valor, forma de pagamento, contrato, aderência orçamentária, gestão e fiscalização. Dentre seus anexos a proposta comercial da empresa ([0750199](#)), Atestado de Exclusividade fornecida pela Associação Comercial do Paraná - ACP – ([0750850](#)), além das certidões quanto a situação da regularidade fiscal do fornecedor, conforme mencionado no item anterior.

05. Na análise do Projeto Básico pela Coordenadoria de Material e Patrimônio foi registrado a aprovação do referido PB e a adjudicação do objeto a empresa **GOVERNET EDITORA LTDA - ME**. CNPJ: 07.316.919/0001-38., nos termos do art. 25, da Lei n. 8.666/93, se manifestando a unidade de análise no sentido de que a Autoridade Superior, caso aprove o projeto básico, também adjudique seu objeto à referida proponente ([0754353](#)).

06. Juntou-se aos autos a Programação Orçamentária COFC ([0744194](#)) no valor de **R\$ 14.624,00** (catorze mil seiscentos e vinte e quatro reais), oportunidade na qual concluiu que *“a despesa pretendida pela Administração está adequada e compatível orçamentária e financeiramente com o Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual (PPA, LDO e LOA) referente ao exercício financeiro”*.

07. Por fim, a SECONT elaborou a minuta da Carta-contrato ([0757894](#)). Assim instruídos, vieram os presentes autos para análise da Assessoria Jurídica da Diretoria Geral ([0757895](#)). **É o necessário relato.**

II – ANÁLISE JURÍDICA



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

08. Inicialmente, importante esclarecer quando é possível a aquisição por inexigibilidade, baseada no art. 25 da Lei nº 8.666/93:

Art. 25. É inexigível a licitação quando **houver inviabilidade de competição**, em especial:

I - para aquisição de materiais, equipamentos, ou gêneros que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo, vedada a preferência de marca, devendo a comprovação de exclusividade ser feita através de atestado fornecido pelo órgão de registro do comércio do local em que se realizaria a licitação ou a obra ou o serviço, pelo Sindicato, Federação ou Confederação Patronal, ou, ainda, pelas entidades equivalentes;

II - para a contratação de serviços técnicos enumerados no art. 13 desta Lei, de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação;

III - para contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.

§ 1º Considera-se de notória especialização o profissional ou empresa (...) (negritou-se)

09. Nesse sentido, o **Manual de Licitações & Contratos**, de autoria do Tribunal de Contas da União, assim estabelece:

Na dispensa de licitação a lei desobriga o administrador de fazer o procedimento licitatório, mesmo quando a competição mostrar-se possível, enquanto que na inexigibilidade, a licitação é impossível pela inviabilidade de competição ou desnecessária. A licitação impossível pela inviabilidade de competição caracteriza-se por haver apenas um determinado objeto ou pessoa que atende às necessidades da administração contratante. (Manual de Licitações & Contratos, TCU, pág. 229).

10. Como há nos autos atestação da Associação Comercial do Paraná informando que a empresa **GOVERNET EDITORA LTDA - ME** detém exclusividade de produção, comercialização e distribuição dos produtos descritos no item 2 do TR em todo território nacional (Brasil), verifica-se a demonstração da impossibilidade material do desencadeamento de competição, em especial por tratar-se de empresa fornecedora exclusiva, comprovada a exclusividade como empresa associada sob o nº 23.400, por atestado fornecido por Associação Comercial do Estado do Paraná. Veja-se:

Acórdão 125/2005 Plenário: Não efetue aquisições e contratações por inexigibilidade de licitação quando houver viabilidade de competição, e também nos casos em que houver apenas exclusividade de marca e não exclusividade do produto de interesse da empresa.

11. No presente caso, verifica-se que há exclusividade no fornecimento do serviço, já que o **produto** é comercializado apenas pela empresa acima mencionada, mesmo assim a vantajosidade na contratação foi demonstrada pela comparação de preços de contratações realizadas entre



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

órgãos públicos, conforme metodologia aplicada para obtenção da estimativa de preços ([0753150](#)).

12. Desta forma, entende-se que a contratação poderá ser enquadrada na hipótese de **inexigibilidade de licitação** descrita no **art. 25, caput, da Lei nº 8.666/93**.

13. Por sua vez, o Projeto Básico 9 ([0750154](#)) contém os elementos mínimos previstos no inciso IX do artigo 6º da Lei n. 8.666/93, motivo pelo qual **pode ser apresentado a autoridade competente para APROVAÇÃO**, para cumprimento do disposto no inciso I do § 2º do art. 7º do referido diploma legal.

III – CONCLUSÃO

14. Diante ao exposto, percebe-se que a contratação solicitada pela **SEPM** poderá ser processada diretamente com a empresa GOVERNET EDITORA LTDA - ME, CNPJ 07.316.919/0001-38, na medida em que está configurada a situação de inexigibilidade de licitação prevista no **caput do artigo 25 da Lei n. 8.666/93**, porquanto a comprovação da aptidão da empresa para contratar com o setor público merece ser renovada, a certidão do FGTS juntada aos autos se encontra vencida desde 31/10/2021 ([0750855](#)).

15. Com relação a minuta de Carta-Contrato juntada no evento [0757894](#), o referido instrumento encontra-se em conformidade com as regras da Lei n. 8.666/93, atendendo aos princípios e diretrizes que norteiam a sua aplicação. Para cumprimento do **artigo 38, parágrafo único, da Lei n. 8.666/93**, esta Assessoria Jurídica **APROVA** os termos da referida minuta.

16. Alerta-se para a necessária ratificação da despesa pela autoridade competente e publicação do ato no DOU e no Diário da Justiça Eletrônico deste Tribunal, conforme art. 26, da Lei n. 8.666/93.

À consideração da unidade competente.



Documento assinado eletronicamente por **MARISA LEONARDO DE ARAÚJO LIMA DA SILVA**, Assessor Jurídico da Diretoria Geral, em 05/11/2021, às 14:31, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0758065** e o código CRC **D7C2C97D**.

0003209-80.2021.6.22.8000



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

PROCESSO: 0003209-80.2021.6.22.8000

INTERESSADO: SEÇÃO DE EDITORAÇÃO, PUBLICAÇÃO E
MEMÓRIA ELEITORAL

ASSUNTO: Contratação de assinatura anual da Governet Editora Ltda.

DESPACHO Nº 1540 / 2021 - PRES/DG/GABDG

Trata-se de processo administrativo iniciado pela Seção de Editoração, Publicação e Memória Eleitoral - SEPM, visando a contratação direta da empresa GOVERNET EDITORA LTDA - ME, CNPJ nº 07.316.919/0001-38, a fim de adquirir serviços de assinatura anual com edições mensais dos boletins eletrônicos de Licitações e Contratos, Recursos Humanos, Orçamento e Finanças, Administração Pública e Gestão Municipal, Convênios e Parcerias ([0745229](#)).

Para instruir os autos, juntou-se o estudo técnico preliminar para dispensa e inexigibilidade de licitação ([0750065](#)), solicitação de contratação ([0745908](#)); informação conclusiva sobre o valor estimado da licitação ([0753150](#)) e o projeto básico ([0750154](#)), que estima o valor anual da assinatura em R\$ 14.623,02 (quatorze mil seiscentos e vinte e três reais e dois centavos), conforme item 7.

A regularidade da proponente para contratar com a Administração Pública foi comprovada pela juntada da certidão negativa de débitos relativos aos tributos federais e à dívida ativa da união ([0750202](#)); certidão negativa de tributos municipais ([0750203](#)); certificado de regularidade do FGTS – CRF ([0750855](#)); certidão negativa de débitos



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

trabalhistas ([0750847](#)); e certidão negativa de improbidade administrativa ([0750852](#)).

A COMAP, em análise do projeto básico, complementado pela proposta comercial juntada no evento nº [0750199](#), concluiu que a contratação que se pretende efetivar encontra-se em consonância com as normas gerais de contratações estabelecidas pelo art. 6º, inciso IX; art. 7º, inciso I; art. 25 c/c parágrafo único do art. 26, todos da Lei nº 8.666/93 para contratação direta por inexigibilidade de licitação, manifestando-se pela adjudicação do objeto à referida empresa ([0754353](#)).

A COFC/SPOF juntou aos autos a Programação Orçamentária [0754797](#), registrando que a despesa pretendida está adequada orçamentária e financeiramente com a LOA, PPA e LDO referentes a este exercício financeiro.

A SECONT elaborou a minuta de carta-contrato, evento nº [0757894](#), e remeteu os autos para análise da Assessoria Jurídica desta Diretoria-Geral, tendo-se concluído que a contratação em questão poderá ser processada diretamente já que configurada a situação de inexigibilidade de licitação prevista no art. 25, caput, da Lei nº 8.666/93; e aprovou os termos da minuta de carta-contrato, em cumprimento ao parágrafo único do art. 38 da lei supradita. Ademais, alertou para a necessária publicação do ato da ratificação na imprensa oficial e no DJE, conforme art. 26, da lei supra ([0758065](#)).

Por sua vez, a SAOFC reconheceu a situação de inexigibilidade de licitação e se manifestou pela aprovação do ETP e do projeto básico; regularidade da informação conclusiva do valor estimado; autorização da despesa de forma direta por inexigibilidade de licitação; contratação direta da empresa, desde que haja atualização prévia dos documentos de habilitação antes da efetivação da contratação; publicação da inexigibilidade no DOU e no DJE ([0758199](#)).

Cumpre registrar que o presente procedimento adota as regras da Lei nº 8.666/93, ainda vigente, tendo em vista que a *novel* Lei de Licitações e Contratos Administrativos - Lei nº 14.133, publicada em 1º de abril de 2021, tem em seu artigo 191 c/c 193, a permissão para a utilização da lei geral de licitações anterior até o decurso do prazo de 02 (dois) anos, contados da data de sua publicação, momento este - 1º/04/2023.

Verifica-se que a contratação pretendida poderá ser processada de forma direta, por inexigibilidade de licitação, uma vez que a empresa é detentora de exclusividade na comercialização e distribuição dos produtos descritos no item 2 do TR, em todo território



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

nacional, conforme atestado fornecido pela Associação Comercial do Estado do Paraná (evento nº [0750200](#)).

Portanto, resta demonstrada a impossibilidade material do desencadeamento de competição. Além disso, a vantajosidade da contratação foi demonstrada pela comparação de preços de contratações realizadas por outros órgãos, conforme metodologia aplicada para obtenção da estimativa de preços ([0753150](#)).

Pelo exposto, com base nas atribuições de competências conferidas pela Portaria GP nº 66/2018, **RATIFICO** a inexigibilidade de licitação, reconhecida pela SAOFC e descrita no art. 25, *caput*, da Lei nº 8.666/93 e, por consequência:

I - Aprovo o ETP ([0745230](#)) e o Projeto Básico 9 ([0750154](#)), uma vez que possui os elementos mínimos essenciais definidos no inciso IX e alíneas, do artigo 6º, no art. 7º, inciso I e no art. 14 da Lei n. 8.666/93;

II - Aprovo a informação conclusiva sobre o valor estimado da licitação, de evento nº [0753150](#), em cumprimento ao item 44 do Anexo II da Portaria 101/2021/CNJ e ao Acórdão TCU 2622/2015 - Plenário;

III - Autorizo a despesa, de forma direta, por inexigibilidade de licitação, com fundamento no art. 25, *caput*, da lei nº 8.666/93;

IV - Adjudico o objeto à empresa GOVERNET EDITORA LTDA - ME, inscrita no CNPJ nº 07.316.919/0001-38, e autorizo a emissão de Nota de Empenho em seu favor, no valor total de R\$ 14.624,00 (quatorze mil seiscentos e vinte e quatro reais), condicionada à atualização prévia dos documentos de habilitação; e

V - Determino a publicação do ato de ratificação no DJE deste Tribunal, em homenagem ao princípio da publicidade, nos termos do art. 26 da Lei nº 8.666/93.

À SAOFC para a continuidade dos procedimentos necessários à efetivação da contratação pretendida, com atenção especial ao item 14 do Parecer Jurídico AJDG [0758065](#), o qual solicita atualização da certidão do FGTS juntada nos autos.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral**, em 08/11/2021, às 16:59, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0758278** e o código CRC **359B7CCF**.